O dinheiro em Marx: uma análise sob a perspectiva de Luiz Gonzaga Belluzzo

Murilo Cavallaro Tambasco[1]
Rosa Maria Marques[2]

Resumo

Este artigo objetiva interpretar teoricamente o papel do dinheiro na crítica à economia política de Marx através da visão formulada por Luiz Gonzaga Belluzzo, centralmente exposta em sua obra Valor e Capitalismo, que contribuiu de forma decisiva para a sistematização da teoria marxista no âmbito da chamada Escola de Campinas. Na primeira seção, discute-se o processo pelo qual os produtos do trabalho humano assumem a forma-valor e equivalência social entre os distintos trabalhos humanos. A segunda seção, aborda a necessidade de um meio universal de troca, dando origem ao equivalente geral, cuja expressão plena aparece na forma-dinheiro. A terceira seção, aborda as funções do dinheiro. Por fim, a quarta seção explora a forma com que o dinheiro se transforma no pressuposto da acumulação, instaurando uma dinâmica própria da acumulação e da valorização do valor. O artigo conclui que o dinheiro, configura-se como a forma social e universal do valor, sendo o mediador fundamental da sociabilidade entre produtores privados e critério fundamental da avaliação da riqueza privada, erigindo-se como o princípio estruturante do capitalismo, a força motriz que sustenta e perpetua sua reprodução incessante.

Palavras-chave: Marx; Dinheiro; Valor; Capitalismo

JEL: B14; E400; P1

Abstract

This article aims to provide a theoretical interpretation of the role of money in Karl Marx's critique of political economy through the perspective formulated by Luiz Gonzaga Belluzzo, whose work contributed decisively to the systematization of Marxist theory within the framework of the so-called Escola de Campinas. The analysis highlights the process through which the products of human labor assume the value-form and come to exist as commodities, from which derive the social equivalence of distinct forms of labor and the necessity of a universal means of exchange, giving rise to the general equivalent, whose fully developed expression appears in the money-form—a singular commodity that condenses and represents the value of all others. In this context, money constitutes the universal social form of value, functioning as the fundamental mediator of sociability

[1] Mestrando do PPG em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
[2] Professora titular do Departamento e do PPG em Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

among private producers and as the primary criterion for the evaluation of private wealth. However, once money becomes a presupposition of production and circulation, it is transformed into capital, establishing the specific dynamic of accumulation and the valorization of value, thereby emerging as the structuring principle of capitalism and the driving force that sustains and perpetuates its continuous reproduction.

Keywords: Marx; Money; Value; Capitalism

JEL: B14; E400; P1

Introdução

Ao longo de sua existência, a teoria monetária foi palco de diversas divergências entre os economistas que a ela se dedicaram. Talvez, uma das enormes discordâncias - que até hoje inflama os debates - seja aquela que reside na clara divisão entre os teóricos que creem na definição da moeda como moeda-mercadoria, que incorpora a construção teórica da economia política clássica, e aqueles que a enxergam como instituição social, resultado do conflito irredutível vigente em uma sociedade capitalista.

No cerne do primeiro arcabouço teórico, está o fundamento de uma sociedade em que o dinheiro funciona apenas como um instrumento técnico de troca, um lubrificante, por assim dizer, sem papel social ou político relevante. Nessa concepção, o conflito social é reduzido à concorrência produtiva entre agentes econômicos independentes, cujo objetivo seria o aperfeiçoamento técnico e o aumento da produtividade, e na qual domina o interesse individual e a racionalidade de cada produtor, garantindo, de modo espontâneo, o progresso coletivo e a existência de uma sociedade mais próspera e harmônica.

Por sua vez, o segundo arcabouço teórico enxerga a moeda como uma "instituição social", constituindo o núcleo organizador da sociedade capitalista ao preceder os atos individuais de produção, troca e reprodução, em que a luta permanente pela apropriação da riqueza não é interpretada de forma técnica, mas assume dimensões políticas em torno da substantivação da riqueza.

A partir dessa interpretação, Karl Marx destaca-se como o principal teórico que critica a então economia política da época, ao ter compreendido com profundidade ímpar a função e o papel do dinheiro na economia capitalista. Mais do que um simples instrumento de troca, o dinheiro aparece em sua obra como uma categoria universal que, por um lado, estrutura as relações de troca, trabalho

e produção entre indivíduos e, por outro, impõe-se como instrumento essencial da criação e extração da riqueza.

Como um dos mais influentes pensadores alemães do século XIX, Karl Marx elaborou formulações teóricas que promoveram uma inflexão decisiva nas formas de compreender o capitalismo e a sociedade moderna. A abrangência e a densidade de sua crítica não apenas suscitaram numerosos opositores e adversários intelectuais, como também deram origem a uma ampla e heterogênea tradição de autores e intérpretes dedicados à leitura rigorosa, à difusão e ao desenvolvimento de sua obra. Nesse horizonte, pensadores como Antonio Gramsci, Roberto Fineschi, Theodor Adorno, Ernst Bloch, Isaak Rubin e Rosa Luxemburgo ultrapassaram o âmbito da interpretação estrita e se dedicaram ao aprofundamento crítico de seus fundamentos, propondo interpretações, extensões e novos desdobramentos teóricos, o que evidencia a vitalidade e a permanência do pensamento marxista no debate crítico acerca da sociedade capitalista

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo examinar a concepção marxista do dinheiro a partir da perspectiva interpretativa desenvolvida por Luiz Gonzaga Belluzzo, reconhecido como um dos mais destacados economistas brasileiros na interpretação do pensamento de Karl Marx. O artigo explora, de modo particular, as formulações de Belluzzo acerca da teoria do valor e de seu entendimento sobre a moeda, dimensão que ocupa posição central em sua análise e que o consagrou como um dos principais expoentes contemporâneos da economia monetária no debate econômico internacional.

Com esse propósito, toma-se como texto basilar sua tese de doutoramento, Valor e Capitalismo, reconhecida como um dos marcos da produção intelectual vinculada à chamada Escola de Campinas. A partir desse referencial, o artigo estrutura seus argumentos no sentido de evidenciar o modo como o dinheiro é compreendido em seu surgimento histórico, em suas funções e em sua centralidade na dinâmica da acumulação capitalista, validando e aprofundando os argumentos de Marx por meio das formulações teóricas propostas por Belluzzo no âmbito da crítica da economia política.

Complementarmente, o artigo dialoga com reflexões e contribuições teóricas presentes em trabalhos de destacados autores brasileiros, que também despenderam um enorme esforço e empenho para interpretar a dinâmica de acumulação capitalista e a teoria do valor proposta por Marx. São eles, Frederico Mazzucchelli e Maria Lourdes Mollo, cujas formulações enriquecem e aprofundam a compreensão da centralidade do dinheiro e de seu papel no capitalismo a partir de uma leitura crítica da tradição marxista.

Na primeira seção, é abordado a investigação de Marx sobre as condições em que os produtos do trabalho humano assumem a forma-valor, destacando que as trocas só se tornam possíveis com a transformação do trabalho privado em trabalho abstrato e social, ou seja, com o nivelamento dos trabalhos dos produtores independentes em uma medida comum de valor. A segunda seção examina a contradição entre valor de uso e valor de troca, que se materializa na forma de equivalente geral, mercadoria capaz de exprimir o valor de todas as demais e negar a troca direta, configurando o dinheiro como expressão plena da sociabilidade capitalista.

Por fim, nas terceira e quarta seções, são analisadas as funções do dinheiro e sua autonomização como pressuposto da circulação, momento em que Marx o identifica não mais como simples intermediário das trocas, mas como forma social de existência dos produtos do trabalho e núcleo das relações de produção capitalistas.

Ao adotar a interpretação de Luiz Gonzaga Belluzzo como eixo analítico, este artigo sustenta que a centralidade do dinheiro na crítica marxista da economia política não constitui um desdobramento secundário da teoria do valor, mas seu núcleo organizador. Diferentemente de leituras que subordinam a moeda a uma dimensão meramente instrumental ou derivada da produção "real", a abordagem aqui desenvolvida evidencia que, em Marx, o dinheiro ocupa uma posição ontológica na estrutura do capitalismo, operando como mediação indispensável da sociabilidade entre produtores privados e como condição de possibilidade da própria dinâmica de acumulação. Nesse sentido, o artigo argumenta que as formulações de Belluzzo não apenas interpretam Marx, mas explicitam com maior clareza o alcance monetário de sua crítica, permitindo compreender o capitalismo como uma economia essencialmente monetária desde suas determinações mais abstratas.

Apreciações sobre a mercadoria, o trabalho social e a forma-valor

Belluzzo e Almeida (2002), assinalam que Marx foi quem mais profundamente compreendeu, em todas as suas dimensões, o fenômeno monetário no capitalismo. Ao reexaminar as proposições da economia política clássica, Marx centra-se na produção material para investigar as condições sob as quais os produtos do trabalho humano assumem a forma-valor, iniciando suas considerações pela mercadoria, a forma elementar que os produtos do trabalho adquirem na economia mercantil.

Tomando por fio condutor o desenvolvimento lógico das categorias que estruturam as formas de aparecer das relações econômicas - modus operandi que estrutura sua construção teórica[3] - Marx analisa a natureza da forma-valor, que "reveste" os produtos do trabalho, e a coloca em evidência enquanto a forma mais abstrata e, ao mesmo tempo, a mais geral do regime burguês de produção, o que a caracteriza como uma modalidade específica de produção social e, desta forma, uma modalidade histórica (Marx, 2013).

Nada é mais equivocado para a compreensão do método de reconstituição do sistema capitalista como uma totalidade real do que analisar a mercadoria como forma natural e eterna da produção social. Como observa Marx (1966), tal abordagem obscurece precisamente aquilo que há de específico na forma-valor — e, por conseguinte, na própria forma-mercadoria — cujo desdobramento conduz à forma-dinheiro e à forma-capital. [4]

Marx (2013) descreve que as mercadorias vêm ao mundo na forma de valores de uso ou corpos de mercadorias. Estas, porém, só aparecem de fato como mercadorias na medida em que possuem a dualidade da forma natural e a forma de valor. Esta última, apresenta uma objetividade puramente social, constituindo-se, como será mostrado posteriormente, numa relação social entre os bens produzidos no capitalismo, que leva a manifestação da forma-valor pela forma-dinheiro, contrastando com as variadas formas naturais que apresentam seus valores de uso.

Assim, a forma-valor que é inerente à mercadoria, ao ser a forma mais geral e abstrata do regime capitalista de produção, torna-se fundamental para a compreensão da natureza do dinheiro enquanto forma social de existência dos produtos do trabalho (Mazzucchelli, 2004). Essa é interpretação é confirmada por Mollo (1991, p.199)

> Marx estabelece em sua obra uma relação estreita, ainda que complexa, entre moeda e valor que destaca a complexidade da forma valor, entre outras razões, por causa da autonomia que caracteriza a forma do valor em relação ao valor. Essa autonomia, comentada por Marx em diversas ocasiões, é

[3] Marx (2013) afirma que em qualquer investigação histórica ou social das categorias econômicas, é imprescindível reconhecer que o sujeito a que elas se referem — no caso, a sociedade burguesa moderna — já se encontra constituído. As categorias nada mais fazem do que traduzir modos de existência e determinações dessa sociedade — muitas vezes apenas traços particulares dela — de modo que não é o ato de nomeá-las que inaugura a sua existência. Da mesma forma, ao considerar a sociedade burguesa como a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção, as categorias desenvolvidas por Marx expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura, permitindo simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade predecessoras, as quais ainda exercem influência nas sociedade atuais.

[4]Tratando-se do avanço da compreensão sobre as relações entre o método de exposição e de investigação da obra de Karl Marx, é possível afirmar que ele não parte do valor e da riqueza como categorias a-históricas, mas da mercadoria enquanto expressão objetiva das relações entre produtores autônomos, em uma sociedade na qual o fruto de trabalhos privados se destina integralmente à troca.

> inerente à moeda enquanto forma universal do valor. Como é impossível conceber a existência de uma economia mercantil sem a utilização de moeda, essa ideia de autonomia não pode ser colocada de lado nas análises, mas, ao contrário, deve tornar-se o objeto destas (Mollo, 1991, p. 199)

Na sociedade que exprime suas riquezas através de um "imenso arsenal de mercadorias", o nivelamento dos trabalhos, gerado pela expansão dos mercados, realiza-se pela transformação dos produtos em sua condição natural, para sua qualidade social: a mercadoria. Neste sentido, Marx demonstra que o mercado capitalista exige dos produtores individuais o reconhecimento da igualdade entre seus trabalhos concretos - tornando possível o intercâmbio generalizado de mercadorias - uma vez que o trabalho de cada produtor passa a ser percebido pelos demais como equivalente. (Belluzzo, 2013)

Como descrito por Mollo (1991), no seio da economia capitalista, a troca é a forma social do processo de reprodução. É na esfera da circulação que a contradição entre o caráter privado da produção e o caráter social do trabalho ao mesmo tempo se manifestam e se resolvem. A aparente autonomia dos produtores individuais confronta-se, nesse âmbito, com a divisão social do trabalho, que impõe sua interdependência recíproca. O valor atua, assim, como o princípio que regula a troca e assegura a articulação entre trabalhos privados e o conjunto do trabalho social.

Contudo, a troca de mercadorias não se realiza pela simples medida direta dos tempos de trabalho. A equivalência entre esses tempos, possibilitada pelo intercâmbio generalizado dos produtos, apenas cria as condições para a troca. Esta, de fato, só pode ser efetivada quando as mercadorias, portadoras de diferentes valores de uso, se confrontam no mercado sob a mediação da forma-valor que, por sua vez, é obrigatoriamente transfigurada na forma dinheiro (Belluzzo, 2013).

Em uma sociedade marcada pelo intercâmbio generalizado dos bens, formada por produtores independentes, as mercadorias são produzidas exclusivamente para a troca, ou seja, sua utilidade está atrelada à possibilidade de adquirir outros produtos.

Ao assumir que o processo produtivo voltado unicamente à troca resulta na transformação de cada produtor em um órgão do trabalho social, em uma fração de trabalho total consumido pela sociedade, que cristaliza o trabalho humano na mercadoria, Marx (2013) revela a percepção de que o trabalho útil de cada produtor é dissolvido em trabalho social, que se torna trabalho abstrato, sendo elevado à condição de substância do valor (Belluzzo, 1980).

Como descrito por Mollo (1991), no seio da economia capitalista, a troca é a forma social do processo de reprodução. É na esfera da circulação que a contradição entre o caráter privado da

produção e o caráter social do trabalho ao mesmo tempo se manifestam e se resolvem. A aparente autonomia dos produtores individuais confronta-se, nesse âmbito, com a divisão social do trabalho que impõe sua interdependência recíproca. O valor atua, assim, como o princípio que regula a troca e assegura a articulação entre trabalhos privados e o conjunto do trabalho social.

Em uma economia mercantil, o trabalho também é socializado, distribuído e equalizado, uma vez que essa forma social se apoia igualmente na divisão do trabalho. A diferença decisiva, porém, reside no modo como esse processo se realiza: o trabalho não é organizado de maneira direta pela sociedade, mas regulado de forma indireta, por meio da troca (Mollo, 1991). Desta forma, o desenvolvimento do conceito de trabalho abstrato expressa o modo historicamente determinado pelo qual diferentes trabalhos são tornados equivalentes, fazendo da forma-valor consequência do trabalho abstrato do ponto de vista lógico e histórico:

> É esta precisamente a razão pela qual na sociedade mercantil a contradição entre produtores privados formalmente independentes e uma divisão do trabalho que é social, é expressa e resolvida na circulação, através do mercado, onde o trabalho se torna abstrato e toma a forma de valor (Mollo, 1991, p. 201)

Um olhar mais aprofundado mostra que, em sua obra, Marx compreende que o trabalho social, que constitui a substância dos valores das mercadorias, é produto do trabalho humano executado por diferentes indivíduos, mas que preservam equivalência entre si, isto é, dispêndio da mesma força de trabalho. Embora esteja consubstanciada em inúmeras forças de trabalho individuais, a força de trabalho conjunta da sociedade, que justamente se apresenta nos valores das mercadorias, vale como a única força de trabalho humano, na medida em que possui o caráter e atua como uma força de trabalho social média.

Desta forma, como destacado por Belluzzo (1980), a remissão de todo trabalho denominado particular à atividade produtiva da sociedade como um todo pressupõe que o valor de troca de cada mercadoria seja imediatamente confrontado com os valores de troca das demais. Nesta sociedade, a sociabilidade resulta da troca, fazendo com que a mercadoria, sua expressão e resultado, manifesta-se na forma-valor (Belluzzo, 1980).

> Como valores, todas as mercadorias são qualitativamente idênticas e apenas quantitativamente diferentes, portanto, todas se medem reciprocamente e se substituem (se trocam, são mutuamente convertíveis) em relações quantitativas determinadas. O valor é sua relação social, sua qualidade econômica." (Marx, 2011 p.134)

> No seio dessa economia, a troca é a forma social do processo de reprodução. É na esfera da circulação que ao mesmo tempo se impõe e se resolve a contradição privado-social, ou seja, aquela entre a aparente independência dos produtores privados e a divisão do trabalho, que é social e que impõe a dependência recíproca dos primeiros, sendo o valor o princípio regulador da troca. (Mollo 1991, p.200)

Ainda que a possibilidade de realização das trocas seja realizada pela redução dos trabalhos particulares "a uma condição comum de existência enquanto trabalho abstrato" (Belluzzo, 1980, p.84), os produtores privados não exercem a troca direta de seus trabalhos a não ser mediante o movimento de transação das mercadorias, pois são estas que se colocam frente a frente nas relações de troca.

Logo no capítulo inicial de *O Capital,* está expresso o que Marx (2013) denominou a forma simples do valor: uma mercadoria A exprime seu valor na mercadoria B. Neste caso, a mercadoria A se apresenta como *valor relativo*, enquanto a segunda funciona como *valor equivalente.* Esta relação faz com que a forma natural da mercadoria B converta-se na forma de valor da mercadoria A, o que possibilita o corpo da mercadoria B funcionar como espelho da primeira.

Em outras palavras, ao relacionar-se com a mercadoria B como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria A transforma o valor de uso de B em material de sua própria expressão de valor. Estas duas formas constituem "momentos inseparáveis", que se inter-relacionam e formam condições de dependência, mas que ao mesmo tempo são opostos, constituindo e se relacionando pela criação de dois lados dessa mesma manifestação do valor (Marx, 2013).

Portanto, são as mercadorias que se enfrentam como produtos de trabalheis úteis equivalentes. Na economia mercantil, movida por meio do metabolismo da troca, tal enfrentamento só pode ser realizado mediante a seleção de uma mercadoria particular que exprime o valor de troca de todas as demais, a ser "eleita" através da reiteração da troca (Belluzzo, 2013); (Marx, 2013).

A forma de equivalente geral.

Assim como afirmado por Mollo (1991), o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias só pode ser definido de forma final na circulação, pois nem todo trabalho realizado na produção é automaticamente validado socialmente. Essa validação depende tanto das condições sociais médias de produção quanto da existência de uma demanda efetiva, algo que apenas o confronto das mercadorias no mercado pode revelar.

O valor possui um conteúdo e uma forma, sempre relativa, que é o valor de troca. Este, contudo, não se confunde com o valor, pois se expressa necessariamente em relação a outras mercadorias e

pode assumir diferentes formas. Essas múltiplas formas de expressão revelam que o valor de troca é apenas a representação do valor, e não o valor em si. (MOLLO, 1991)

Como o valor é próprio a cada mercadoria e, ao mesmo tempo, comum a todas, o desenvolvimento da produção mercantil torna necessária uma forma universal de expressão do valor, o que conduz à emergência da moeda como sua forma universal:

> O conteúdo do valor, sua substância, é o trabalho abstrato. Sua forma é o valor de troca, sempre relativo, visto que se trata de um resultado do confronto entre dois produtos do trabalho equalizados a partir do que lhes é comum, o trabalho abstrato. A forma valor, ou simplesmente o valor, é então, por um lado, a forma social fundamental de uma economia mercantil. É a forma através da qual o trabalho abstrato, característico dessa economia, é representado socialmente. Por outro lado, o valor é unidade de conteúdo ou substância (dada pelo trabalho abstrato) e forma (dada pelo valor de troca). O valor de troca para Marx é a expressão concreta do valor. Esse conceito impõe a necessidade da moeda numa economia mercantil (Mollo, 1991, p.202)

A unidade contraditória entre valor de uso e valor de troca, que caracteriza as mercadorias produzidas sob o regime capitalista de produção, são exteriorizadas materialmente na forma de equivalente geral: uma mercadoria capaz de exprimir o valor de todas as demais, que afirme o trabalho abstrato como substância do valor e negue a possibilidade da troca direta de mercadorias na economia mercantil.

Sendo assim, uma economia em que a troca se torna uma relação generalizada é, necessariamente é necessariamente uma economia monetizada, de modo que as relações entre os homens passa a ser mediada pela moeda, mascarando as relações de produção e o grau de exploração:

> É pelo fato de todas as mercadorias, como valores, serem trabalho humano objetivado e, assim, serem, por si mesmas, comensuráveis entre si, que elas podem medir conjuntamente seus valores na mesma mercadoria específica e, desse modo, convertê-la em sua medida conjunta de valor, isto é, em dinheiro. O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho (Marx, 2013, p.230)

Em outras palavras, ao passo que os trabalhos dos indivíduos no regime capitalista não são imediatamente coletivos, torna-se necessário que as mercadorias sejam valor, isto é, poder de compra geral, fazendo com que o trabalho privado converta-se em coletivo enquanto produtor de dinheiro, assumindo a forma-valor. Marx corretamente afirma que o aparecimento do dinheiro, portanto, não desempenha simplesmente a função de facilitar o intercâmbio de mercadorias, mas constitui o âmago de uma sociedade formada por produtores privados que produzem para a troca, e assim tornam seu trabalho particular em social (Belluzzo, 1980).

A forma de equivalente universal é uma forma do valor em geral e pode, portanto, expressar-se em qualquer mercadoria. No entanto, para alcançar tal forma, uma mercadoria deve ser excluída por todas as demais na qualidade de equivalente direto. Quando essa exclusão se limita a um tipo específico de mercadoria, levando esta, enquanto a forma de valor relativa unitária do mundo das mercadorias, a alcançar a validade social universal, vemos o aparecimento da forma-dinheiro, a qual tem como função e monopólio social desempenhar o papel de equivalente geral no mundo das mercadorias capitalistas.

É dessa forma que, para Marx (2013), o mundo das mercadorias ganha vida na forma-dinheiro. Ao ser socialmente eleita, uma mercadoria especial passa a exprimir o valor das demais; a passagem do equivalente geral para a forma do dinheiro-mercadoria pode ser descrita com base na estrutura da teoria marxista do valor como um procedimento que se utiliza, essencialmente, de uma investigação lógica, uma vez que, ao caminhar do mais abstrato para o mais concreto, exprime teoricamente "a natureza social" e o "desenvolvimento" das relações mercantis observadas no regime do capital já constituído (Belluzzo, 2013); (Belluzzo; Galípolo, 2021)

As mercadorias, na economia mercantil, circulam de forma a exprimir o seu valor na mercadoria universal, ao passo que perdem a condição de valores se "fracassam no momento do salto mortal", *Belluzzo (p.48, 2012),* ou seja, na conversão da mercadoria em dinheiro, pois são justamente produzidas pelos produtores privados com este objetivo. A finalidade do trabalho, portanto, não é produzir um bem específico para satisfazer uma necessidade particular de um indivíduo, mas sim de produzir dinheiro, ou seja, a riqueza em sua forma universal.

Em conformidade com as observações pontuadas por Belluzzo (2012), os argumentos expostos por Mollo (1991) indicam que a autonomia do valor de troca e a imposição da lei do valor levam à obrigatoriedade de conversão necessária das mercadorias em moeda e sua reprodução como equivalente geral. Desta forma, o equivalente geral é definido como um valor imediatamente social, e a conversão das mercadorias capitalistas em equivalente geral não somente socializa os

produtos dos trabalhos privados, mas é responsável por indicar a amplitude do valor socializado por meio das trocas:

> Constatamos então que é a noção da moeda como equivalente geral que, nesse raciocínio, explica a imposição da lei do valor articulando os produtores privados formalmente independentes através dos produtos do trabalho e a partir do trabalho socialmente necessário, substância comum a todas as mercadorias (Mollo, 1991, p. 2009)

As funções do dinheiro e como o dinheiro torna-se pressuposto da acumulação.

Belluzzo e Almeida (2002) afirmam que a sociabilidade entre os produtores privados independentes passa a ser definida pela quantificação das mercadorias — sobretudo pela medida do trabalho —, submetida a uma unidade comum de valor. Essa medida antecede as preferências e particularidades de cada produtor e é justamente o que os leva, e os permite, submeter-se à validação social de seus produtos, isto é, buscar o "carimbo da sociedade" por meio do veredito do mercado.

Para Marx, o dinheiro torna-se não apenas o alicerce das relações de sociabilidade entre produtores de mercadorias, mas também o único critério quantitativo legítimo para aferir o enriquecimento privado. Dessa dupla natureza do dinheiro na sociedade mercantil derivam, de forma unificada, suas três funções: moeda de conta, meio de pagamento e reserva de valor, o que é explicitado mais a baixo. Antes, porém, é importante chamar atenção para o fato desse autor afirmar que a generalização das relações mercantis exigiu a precificação das mercadorias antes mesmo de seu ingresso no mercado, o que leva à autonomização da forma monetária (Belluzzo, 2012)

Marx (2013) observa que, enquanto mercadoria geral, o dinheiro deixa de necessitar de sua forma material imediata, podendo ser substituído por uma representação de si mesmo. Desse modo, a circulação pode iniciar-se de maneira ideal, sem a presença efetiva do dinheiro — as operações de compra e venda passam a ocorrer sem sua participação direta e imediata. Ponto que fundamenta logicamente o desenvolvimento do sistema de crédito ao longo dos últimos três séculos.

A primeira função — a de moeda de conta — repete constantemente o processo já descrito, que Belluzzo (2012) denomina de "ritos de reconhecimento social que acompanham o processo de socialização dos indivíduos privados, livres e separados". Trata-se da nomeação de cada mercadoria particular na forma geral do valor, submetendo-a ao julgamento do mercado.

Segundo Marx (2013), mercadoria e dinheiro constituem um movimento inseparável. Onde há troca generalizada de mercadorias, a determinação dos preços relativos só pode ocorrer por meio dos preços monetários. O valor não deve ser entendido como uma "essência" oculta sob o preço em dinheiro; ao contrário, no regime capitalista — em que os produtos do trabalho privado se destinam diretamente à troca —, o preço monetário é a forma necessária de manifestação do valor das mercadorias (Belluzzo, 2013).

Os preços, portanto, configuram uma determinação formal das mercadorias: ao ingressarem na esfera da circulação, é o dinheiro que expressa sua medida de valor — o preço —, substituindo sua determinação natural (uso) por uma determinação social: o valor de troca. Nesse contexto, o dinheiro funciona como o instrumento de realização dos valores de troca apresentados em uma medida comum socialmente reconhecida e quantificável. Enquanto mercadoria geral dotada do poder de ser trocada por outra, o dinheiro assume a função de meio de pagamento, liquidando débitos e créditos entre os agentes das relações de troca.

De acordo com Mollo (1991), o crédito antecipa a realização das mercadorias, mas desloca a exigência de sua efetivação final para o sistema bancário no momento da liquidação das dívidas. Desse modo, quando a realização das mercadorias não ocorre em condições adequadas, cabe ao sistema bancário absorver os efeitos dessa insuficiência. O que se observa, portanto, é uma transformação e ampliação da restrição monetária, na medida em que a conversão das mercadorias em moeda passa a assumir a forma da necessária conversibilidade dos créditos em dinheiro.

Por fim, a função de reserva de valor nasce do reconhecimento imediato do dinheiro como instituição social, capaz de preservar em seu valor de uso, o valor de troca de todas as demais formas da riqueza. O dinheiro expressa o valor em forma monetária e abstrata, servindo como medida quantitativa do enriquecimento privado. Essa função está ligada à necessidade de garantir estabilidade e segurança nas decisões intertemporais — na manutenção do poder de compra e da riqueza. Assim, o dinheiro ocupa o posto de ativo mais líquido da economia, podendo ser entesourado como "capital-dinheiro potencial", sempre pronto a reintegrar-se ao circuito da circulação ou do investimento, em busca da valorização do valor.

Mazzucchelli (2004) afirma que, ao desenvolver e partir logicamente da forma-valor, Marx estuda a natureza do dinheiro enquanto forma de existência social dos produtos do trabalho. Da mesma forma, é do estudo do dinheiro, e de sua função no processo de circulação de mercadorias, que o autor demonstra sua autonomização, ou seja, a passagem do dinheiro "de resultado a pressuposto da circulação" (Belluzzo, 2013, p.56):

> [...] Marx demonstra como essa `substância social comum´ aos produtos do trabalho se autonomiza ante a circulação, a subordina e constitui, assim, numa `substância social progressiva´, no ´sujeito de um processo´ cuja finalidade é o próprio processo (Mazzucchelli, 2004, p.10)

No processo de mercantilização, a força de trabalho se transforma em mercadoria[5] e o dinheiro em capital. Este processo ocorre em uma economia em que o regime do capital está plenamente constituído, fazendo com que sua finalidade seja justamente a acumulação de riqueza abstrata pelos detentores dos meios de produção. (Belluzzo, 2013)

Desta forma, o processo em que o dinheiro é convertido em capital, nada mais é do que o momento lógico que descreve o movimento de conversão das determinações mercantis em determinações capitalistas. É oportuno ressaltar que este quadro não representa a supressão das determinações de caráter mercantil, mas sua adequação ao "novo conteúdo da produção social" (Mazzucchelli, 2004, p.10).

Este também é o momento em que a lei do valor se transforma em lei de valorização. Como afirmado por Belluzzo (1980), o dinheiro, que antes aparecia como a expressão de sociabilidade legítima de uma sociedade de produtores, converte-se no sujeito de um processo que permite ao seus detentores (como capital), o pleno comando dos meios de produção e dos proletários, fazendo com que o trabalho vivo - elemento da produção - apareça como meio de valorizar valores pré existentes, sendo utilizado como meio de capitalização:

> É o trabalho acumulado, materializado nos meios de produção, o qual, agindo como capital, se conserva e se acrescenta sugando trabalho vivo, tornando-se valor que se valoriza (Belluzzo, 1980, p.85)

Os produtores, os quais produzem diretamente para a troca, obrigatoriamente devem chegar ao ponto e objetivo final de todo este processo, a substantivação concreta da riqueza: o dinheiro. É por esta razão que o circuito M-D-M (mercadoria - dinheiro - mercadoria), por exemplo, carrega, como afirmado por (Belluzzo, 2012) uma auto contradição, já que nele, o objetivo da troca é a recomposição da cesta de valores de uso dos produtores e não a acumulação de riqueza abstrata:

> A crítica da economia política se recusa a conceituar o capitalismo como um regime de produção cujo objetivo é, apenas, a produção de mercadorias mediante a exploração e a submissão da capacidade de trabalho dos produtores diretos. Em sua metamorfose, o capital está obrigado a passar necessariamente pelo calvário da produção material e da exploração da força de trabalho com uma única finalidade: a acumulação de riqueza abstrata, encarnada no dinheiro (Belluzzo, 2013, p.57)

[5] A substantivação do valor de troca, possibilidade pelo aparecimento do dinheiro, leva este a se autonomizar em relação ao conjunto de produtores particulares. (Belluzzo, 1980), avalia que a sociedade capitalista não apenas transforma a força de trabalho em mercadoria, mas, ao fazê-lo, também a transforma em elemento do capital.

No capitalismo, com seu caráter inexoravelmente monetário, o dinheiro detém a possibilidade de exercer sua função de meio de pagamento, de modo a antecipar a compra de mão de obra, mais especificamente, das condições de riqueza a ser criada. Desta forma, o dinheiro não aparece apenas no exato momento de realização do preço das mercadorias capitalistas na esfera da circulação, mas eleva-se a condição de força motriz deste processo, seu pressuposto e, principalmente, sua condição de existência.

Desse modo, quando o dinheiro se converte no pressuposto essencial da circulação e da produção, o movimento econômico só se sustenta enquanto os proprietários dos meios de produção permanecerem dispostos a reconstituir o ciclo D–M–D’ — isto é, a empregar dinheiro na aquisição de força de trabalho e de meios de produção com o propósito de gerar uma soma ampliada de valor.

Quando a força de trabalho assume a forma de mercadoria, o desejo de acumular riqueza monetária converte-se em impulso vital do próprio processo de circulação, funcionando como a energia que o move e o perpetua (Mazzucchelli, 2004).

Por conseguinte, a reprodução do dinheiro — em suas múltiplas funções — e sua busca incessante como fim supremo da economia capitalista revelam um caráter profundamente contraditório. A leitura de Marx (2013) mostra que, enquanto forma geral da riqueza, o dinheiro é, ao mesmo tempo, bem público e objeto privilegiado da cobiça privada: ele serve de referência para a produção e a troca de mercadorias, para a avaliação da riqueza e para a regulação das relações econômicas, estando submetido a normas de emissão, circulação e destruição que asseguram sua continuidade como padrão universal de valor.

Essa reprodução, contudo, não pode ocorrer de modo puramente privado. Isso significa que as expectativas de receita, os cálculos de custos e preços, os direitos sobre rendas do trabalho e dos ativos, o valor das dívidas e a avaliação dos estoques de riqueza real e financeira são necessariamente medidos em função do equivalente geral.

Assim, a reprodução dessa sociedade — fundada no enriquecimento privado — depende da preservação da integridade da convenção social que sustenta as trocas: a reiteração contínua do processo de circulação de mercadorias, a liquidação de créditos e débitos e a validação constante da riqueza capitalista enquanto expressão social do valor.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite sustentar que a leitura de Marx proposta por Luiz Gonzaga Belluzzo oferece uma chave interpretativa decisiva para compreender o dinheiro não

como simples forma funcional da circulação, mas como categoria constitutiva do modo de produção capitalista. Ao recolocar a moeda no centro da teoria do valor, Belluzzo explicita o caráter monetário da sociabilidade capitalista e revela que a valorização do valor pressupõe, desde sua origem, a existência do dinheiro como forma universal da riqueza.

Dessa maneira, a interpretação aqui explorada valida e aprofunda os argumentos de Marx ao demonstrar que o dinheiro não apenas mede e realiza o valor, mas estrutura as relações sociais e orienta a dinâmica da acumulação, conferindo ao capitalismo seu movimento específico e sua coerência interna.

O dinheiro ocupa um lugar central e ontológico na crítica à economia política desenvolvida por Marx. Não apenas por servir como instrumento de troca, mas como a própria forma social e universal do valor, a expressão geral da riqueza, condensando em si o valor de todas as mercadorias e assumindo o papel de organizador estruturante essencial da sociabilidade capitalista.

A gênese do dinheiro, conforme exposto por Marx, está enraizada na própria estrutura contraditória da mercadoria, na unidade entre valor de uso e valor de troca. Ao emergir como equivalente geral, o dinheiro torna-se a materialização do trabalho social abstrato, convertendo o trabalho privado em social e estabelecendo o parâmetro universal das trocas. Dessa forma, a sociedade capitalista organiza-se sob um princípio comum e impessoal: a valorização monetária, que submete todas as esferas da vida à lógica do valor.

O dinheiro, portanto, não apenas mede a riqueza, mas a constitui. Ele é o único critério admissível para o enriquecimento privado e o fundamento das relações de produção e de circulação.

Ao converter-se em pressuposto do processo capitalista, o dinheiro transfigura-se em capital, instituindo a dinâmica de acumulação e valorização do valor. É nesse momento que o dinheiro se autonomiza, tornando-se o sujeito do processo econômico, a força que move o sistema e o princípio de sua reprodução incessante. O ciclo D–M–D’ sintetiza a lógica essencial do capitalismo: o movimento do valor em busca de sua ampliação constante, onde o dinheiro não é mais meio, mas fim em si mesmo.

Assim, a sociedade capitalista — fundada no enriquecimento privado — depende da manutenção da integridade da convenção social que sustenta as trocas: a reiteração contínua do processo de circulação de mercadorias, a liquidação de créditos e débitos e a validação constante da riqueza capitalista enquanto expressão social do valor. É a confiança coletiva na equivalência universal do dinheiro que garante a coesão do sistema e a continuidade de sua reprodução.

Conclui-se, portanto, que, para Marx, o dinheiro é a forma mais acabada da sociabilidade capitalista — a objetivação suprema das relações sociais mediadas pelo valor. Ele é, simultaneamente, a expressão da riqueza social e o instrumento de sua apropriação privada, o elo entre o trabalho humano e a acumulação do capital. Como forma social do valor e medida universal da riqueza, o dinheiro ergue-se como o eixo organizacional do capitalismo, a força motriz que comanda, regula e perpetua, a reprodução da sociedade fundada na valorização do valor.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G. O capital e suas metamorfoses. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BELLUZZO, L. G. Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política. São Paulo: Bienal, 1980.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. M. A escassez na abundância capitalista. São Paulo: Editora Facamp, 2019.

BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. M. Dinheiro: o poder de contradição real. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

BELLUZZO, L. G.; RAIMUNDO, L. da C.; ABOUCHEDID, S. Gestão da riqueza velha e criação de riqueza nova: uma crítica à Modern Money Theory (MMT). Economia e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 1, p. –, jan.–abr. 2021

MARX, K. El capital. v. 1. México: Fondo de Cultura Económica, 1966a.

MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857–1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. 34. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MAZZUCCHELLI, F. M. A contradição em processo. Campinas: Tese – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

MOLLO, M. L. R. A relação entre moeda e valor em Marx. *Revista de Economia Política*, v. 11, n. 2 (24), p. 197–211, abr./jun. 1991.